

# CARTA DE SERVIÇOS

Análise do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias para o controle de contingenciamento na Justiça do Trabalho.



<b>Nome do Serviço</b>	Análise do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias para o controle de contingenciamento na Justiça do Trabalho.
<b>Nome alternativo</b>	Controle de contingenciamento quadrimestral na Justiça do Trabalho.
<b>Descrição do Serviço</b>	Atendimento dos resultados fiscais frente à limitação de empenho e de movimentação financeira (contingenciamento) dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União – MPU, em atendimento ao disposto em Relatório Quadrimestral das Despesas e Receitas Primárias.
<b>Usuários do Serviço</b>	Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Congresso Nacional, Tribunal de Contas da União e Sociedade.
<b>Requisitos, documentos e informações necessários para acessar o serviço.</b>	Acessar na Internet o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do bimestre a que se deseja consultar, publicado pelo Ministério da Economia (ME).
<b>Forma de prestação do serviço</b>	Efetuar o contingenciamento no SIAFI, quando necessário, de forma a adequar o orçamento a ser executado aos limites estabelecidos pelo artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

# CARTA DE SERVIÇOS

Análise do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias para o controle de contingenciamento na Justiça do Trabalho.



<b>Principais etapas para o processamento do serviço</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Processar em expediente próprio os critérios de bloqueio de recursos orçamentários, consoante o limite inscrito no Relatório Quadrimestral de Receitas e Despesas Primárias enviado pelo Ministério da Economia;</li><li>2. Após a competente autorização para efetivar o bloqueio, o responsável deverá acessar o SIAFI e após a transação ND;</li><li>3. Efetuar o bloqueio dos recursos utilizando o evento 20090;</li><li>4. Encaminhar expediente aos tribunais que tiveram recursos bloqueados, informando-lhes do ocorrido;</li><li>5. Quando do descontingenciamento dos recursos anteriormente bloqueados, o mesmo procedimento será efetivado, no entanto, se utilizará o evento 200091.</li></ol>
<b>Tempo para atendimento (prazo máximo)</b>	3 dias úteis.
<b>Forma de comunicação com o solicitante do serviço</b>	Canais de atendimento da Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT.
<b>Locais, meios e formas para acessar o serviço</b>	Acessar na Internet o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do bimestre a que se deseja consultar, publicado pelo Ministério da Economia (ME).
<b>Fundamentação Legal</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO c/c artigo 9º da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

# CARTA DE SERVIÇOS

Análise do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias para o controle de contingenciamento na Justiça do Trabalho.



## Outras Informações

O Poder Executivo apura o montante da redução dos limites, informando aos Poderes e ao MPU, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, sobre o valor a ser contingenciado em seu orçamento a título de participação no corte total, especificando os parâmetros adotados e as estimativas das receitas e das despesas.